

**XII ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO  
XII DA CIDADE DO PORTO DO PCP**

**PELO PORTO  
INTERVIR,  
LUTAR,  
AVANÇAR**

**24 DE ABRIL, 14H30  
AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA ALMEIDA GARRET**

# **12ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto**

## **Projecto de Resolução Política**

### **Índice**

#### **1. Introdução**

#### **2. Caracterização social e económica do Porto**

#### **3. Trabalho Unitário e Luta de Massas**

##### **3.1. A trabalho unitário e a luta de massas**

##### **3.2 Intervenção da CDU no concelho**

##### **3.3. Trabalho institucional**

##### **3.4. Quadro político-partidário no concelho**

##### **3.5. As Batalhas eleitorais**

##### **3.6 A Luta pela alternativa**

#### **4. O partido**

##### **4.1. Acção do Partido**

###### **4.1.1. Festa do Avante**

###### **4.1.2. Mulheres**

###### **4.1.3 . Encontro de Reformados, Pensionistas e Idosos do PCP**

##### **4.2. Direcção**

##### **4.3. Organização**

###### **4.3.1 Organismos de base local**

###### **4.3.2 Organizações e Sectores de Empresa.**

###### **4.3.3 Grupos de trabalho**

#### **4.4 Informação, propaganda, imprensa partidária**

#### **4.5 Fundos e Património**

#### **4.6 Quadros, Recrutamento e elevação da militância**

## **1. Introdução**

No período que decorreu desde a 11ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto em 2017, foram significativas as evoluções ao nível da situação política, económica e social, quer no plano local, quer no plano nacional, que serão objecto de tratamento desenvolvido ao longo do documento.

O presente documento desenvolve as evoluções da situação política, económica e social do concelho, no plano local e complementa-se com o projecto de Resolução Política da 13ª Assembleia da Organização Regional do Porto, que analisa o mesmo período e está em simultâneo à discussão.

Nestes quatro anos decorridos, a Organização da Cidade do Porto do PCP, na sua intervenção intensa e diversificada, procurou sempre afirmar o Partido e o seu projecto alternativo, mobilizando para a luta os trabalhadores, as populações e todos os atingidos pelas políticas de direita. Neste documento é feito um balanço deste trabalho realizado com linhas de orientação para o trabalho futuro.

Ao nível da Organização do Partido, o documento avança com uma análise das dificuldades existentes e dos progressos realizados, apontando-se medidas para inverter, resolver ou melhorar as diferentes situações.

Com a perspectiva de reforço da organização do Partido e de uma maior e melhor intervenção, são também traçados aqueles que se consideram ser os principais objectivos de trabalho até à próxima Assembleia, a realizar com periodicidade bienal.

**As análises e propostas avançadas nesta Resolução Política enquadram-se no programa do PCP “Uma Democracia Avançada – Os Valores de Abril no futuro de Portugal”, nas demais orientações aprovadas no 21º Congresso.**

## **2. Caracterização Económica e Social do Porto**

### **2.1. Demografia e População activa**

A evolução da situação demográfica nos últimos anos manteve a tendência das décadas anteriores. Esta tendência traduz-se no contínuo declínio da população residente, na perda da sua importância demográfica no contexto regional e nacional e no crescente envelhecimento dos seus moradores.

O modelo de desenvolvimento económico esteve baseado, na última década, na crescente procura por parte do turismo internacional e nas actividades económicas conexas com esta procura, nomeadamente na hotelaria, na restauração, no comércio dirigido a este segmento. O crescimento exponencial deste segmento foi contudo feito à custa do desaparecimento progressivo de outras actividades económicas e do despovoamento da população residente. A adopção de um modelo alicerçado hegemonicamente no Turismo, como o motor de desenvolvimento da cidade, mostrou-se insustentável e sem capacidade de resiliência face ao embate da crise provocada pela pandemia iniciada em 2020. A crise pandémica, que fez o movimento de turistas cair abruptamente para níveis quase residuais durante o ano de 2020 e que se prolongará previsivelmente durante 2021 e mesmo nos anos seguintes, veio assim demonstrar que a cidade do Porto não poderá continuar a apoiar-se num modelo baseado numa única actividade como o Turismo.

A população residente na cidade do Porto continuou a manter a tendência de declínio que já tinha sido constatada nas últimas décadas, passando de 239.650 habitantes em 2010 para apenas 215.945 habitantes em 2019. Houve também, como

consequência da queda da população residente, uma baixa significativa da densidade populacional na cidade, embora se manifeste de forma muito desigual nas diferentes freguesias da cidade. Este fenómeno tem expressão mais significativa, até ao final de 2019, nas quatro freguesias o centro histórico da cidade, onde houve a queda mais significativa da população residente, com tendência para alargamento a outras freguesias contíguas, nomeadamente o Bonfim e Cedofeita.

O envelhecimento progressivo da população da cidade, a par com a redução da sua população residente, continua a ser um dos indicadores que evidenciam uma tendência demográfica preocupante. A população com idade superior a 65 anos que, em 2010, representava 23% da população passou a abranger 28% dos residentes na cidade, muito acima da média nacional.

A perda continua de população da cidade e o conseqüente envelhecimento demográfico da população residente é indissociável da tendência de crescimento do preço da habitação. Situação que se agravou profundamente, a partir de 2012, com a publicação de uma nova lei do arrendamento urbano que facilitou a denúncia dos contratos de arrendamento e o despejo dos inquilinos, principalmente no “centro histórico”, mas que se foi alastrando por toda cidade. Este fenómeno ganhou novo incremento no período compreendido entre 2017 e 2019. A cidade do Porto foi onde este aumento foi mais expressivo (+22%). Apesar de o preço mediano mais alto continuar a ser na U.F. de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, é na freguesia do Bonfim com uma taxa de variação de preços de +47,5%, que se manifestam de forma mais evidente as conseqüências da especulação imobiliária na coroa periférica

do centro histórico e a tendência de entrar em processo de gentrificação. A freguesia de Campanhã, apesar de ser a que tem o valor mais baixo por m<sup>2</sup>, também acompanhou este fenómeno com os preços da habitação por m<sup>2</sup> a aumentarem +38,3%.

Estes valores mostram que o esgotamento do movimento especulativo na área do Centro Histórico, por esgotamento da oferta de imóveis para transaccionar e ainda por os valores das habitações já se apresentarem sobrevalorizados. Pelo contrário, as freguesias do Bonfim e Campanhã são encaradas como tendo um potencial especulativo ainda não explorado.

O fenómeno de aumento exponencial dos preços da habitação nas freguesias onde existe um maior declínio demográfico pode parecer contraditório mas explica-se pelo facto de estas transacções se destinarem predominantemente a usos não-residenciais, nomeadamente ao alojamento local turístico.

O alojamento turístico tem vindo a ocupar o espaço da habitação de residência permanente e a sofrer processos de concentração da propriedade, nomeadamente nas quatro freguesias do Centro Histórico do Porto (Sé, S. Nicolau, Miragaia e Vitória) e nas freguesias envolventes (Cedofeita Santo Ildefonso e Bonfim). Em 2018 estavam registadas na principal plataforma electrónica de partilha de alojamentos 11.583 propriedades, mas apenas 5.080 proprietários. A freguesia de Santo Ildefonso possui a maior partes destes alojamentos, com 2.729 propriedades. Na freguesia da Vitória existia uma propriedade destas por cada 2 residentes. Além do crescimento do número de propriedades deste tipo, que são retiradas do mercado de habitação

permanente, tem vindo a desenvolver-se um fenómeno de concentração da propriedade dos alojamentos registados nestas plataformas, sendo que 20 proprietários exploram cerca de 30 propriedades cada um e que o maior proprietário tem 83 alojamentos registados na referida plataforma.

O Porto é a segunda cidade do país com maior índice de poder de compra, com um indicador de 157,82 em 2017, muito acima da média nacional. No entanto este indicador tem vindo a estar em queda constante desde o ano 2000, altura em que apresentava um indicador de 238,8.

Apresenta simultaneamente outros indicadores que reflectem uma situação social que não acompanha o indicador de poder de compra. É o caso, por exemplo, do indicador da mortalidade infantil que teve, no concelho, um crescimento entre 2010 e 2019, passando de 3 por mil para 3,1, situando-se acima da média nacional.

Outro indicador que mostra que a situação social precária existente na cidade é o nº de beneficiários do Rendimento Social de Inserção que coloca o Porto como a segunda cidade do país com maior número de beneficiários e que nos últimos anos tem vindo a manter-se estável, apenas conhecendo uma ligeira diminuição entre 2017, quando tinha 18842 beneficiários, para os 16709 contabilizados em 2019, durante o pico do crescimento das actividades económicas ligadas ao turismo.

O envelhecimento da população residente e a situação social precária de um número muito significativo de famílias é evidenciado pelo indicador da população com mais de 15 anos que é beneficiária de pensões pagas pela Segurança Social e pela Caixa Geral de Aposentações. São pensões de diversas natureza, abrangendo tanto

pensões de velhice como prestações sociais que, no seu conjunto apresentam um indicador muito superior à média nacional. No Porto este indicador abrange 49% da população residente com idade superior a 15 anos, contrastando com a média nacional que é apenas de 40%.

O Porto é um grande centro do ensino superior, que movimenta na cidade muitas dezenas de milhares de estudantes, na sua maioria vindos de fora, que dinamizam um conjunto importante de actividades económicas conexas. Para além dos estudantes provenientes de outras regiões portuguesas, consolidou-se ainda uma tendência significativa da presença de estudantes vindos de diversos países, que tornaram o Porto um centro universitário de âmbito internacional. Entre 2010 e 2019 houve um crescimento expressivo no nº de alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino superior, que passaram de 57461 para 60562. No entanto, o crescimento de alunos deslocados a frequentar estabelecimentos de ensino superior não tem sido acompanhado com a disponibilização de ofertas de alojamento correspondentes, criando uma significativa escassez nesta área. Este problema foi ainda agravado pelo crescimento exponencial, até ao início de 2020, do alojamento local turístico que implicou, em muitos casos, a retirada de muitas habitações desta oferta, que foram sendo reconvertidas em alojamento turístico.

No período de 2010 até 2019 as estatísticas mostram uma ligeira descida do desemprego oficial, passando de 10% em 2010, para 9% em 2016, e em 2019 para 8% da população activa, mantendo-se contudo bastante superior à média nacional que, em 2019, foi apenas de 5%. Deve, no entanto, ter-se em consideração, que estes

números estão subavaliados, uma vez que não incluem outras situações de desemprego real de pessoas que deixaram de ser contabilizadas nas estatísticas por força da emigração, por desistência/ perda de esperança na procura activa de emprego e não inscrição no IEFP. Este período coincide com o pico do crescimento do turismo na cidade, mostrando que o impacto do turismo na cidade teve alguma influência em impedir o crescimento exponencial do desemprego, mas não impulsionou significativamente a substituição dos empregos em outros sectores que foram sendo destruídos, promovendo um modelo assente essencialmente na precariedade e nos baixos salários.

A partir de Março de 2020, com o início da crise pandémica em Portugal, a situação do emprego a nível nacional e a nível local, sofreu uma profunda viragem. Este período coincide com a diminuição abrupta dos movimentos turísticos internacionais, que se foi prolongando até março de 2021. A declaração de encerramento obrigatório de outras actividades conexas ao turismo, nomeadamente a restauração e algum comércio, que foi ocorrendo de forma intermitente ao longo do ano de 2020, criou uma situação dramática ao nível do desemprego numa cidade que estava demasiado dependente dos fluxos do turismo. Entre Janeiro e Dezembro de 2020 foram registados no Centro de Emprego mais 2383 desempregados (+24%), passando de 9.920 em Janeiro para 12.303 em Dezembro. No entanto esta estatística está longe de reflectir o desemprego real e a queda de rendimentos do trabalho, porque não inclui o número de trabalhadores abrangidos pelo “lay-off” e pela redução salarial de 1/3 do salário base. O crescimento do desemprego

atingiu particularmente os trabalhadores com idade inferior a 35 anos (+58% com menos de 25 anos e +46% entre 26 a 34 anos), onde existe um maior peso dos vínculos de trabalho precário e que não foram abrangidos pelo “lay-off”. Por nível de escolaridade verifica-se que são principalmente os trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico (+30%) e ensino secundário (+41%) que são os mais atingidos, com indicadores muito acima das médias distrital e nacional. Também os trabalhadores com o ensino superior apresentam uma taxa de aumento do desemprego muito significativa (+24%).

O aumento do desemprego a partir de março de 2020, ou a diminuição significativa de rendimentos por via do “lay-off” criaram uma situação social dramática na cidade. Não existem estatísticas globais rigorosas do número de pessoas que se viram repentinamente em situação de carência alimentar, mas tem sido noticiado por diversas entidades que actuam no terreno que a procura de refeições solidárias terá triplicado em 2020.

## **2.2. Serviços Públicos**

O Porto, enquanto concelho com uma posição central do distrito, é um importante pólo de concentração de um conjunto numeroso de serviços públicos, que servem uma população muito vasta, muito além dos residentes no município. Na generalidade, estes serviços dependem directamente da Administração Central (Ensino, Saúde, Segurança Social, Transportes, Justiça e Segurança, entre outros), pelo que as opções políticas governamentais se reflectem aqui directamente com grande expressão.

O período compreendido entre 2011 a 2015, correspondendo à época em que o país esteve sob o “pacto de agressão da

troika”, caracterizou-se por um forte ataque aos serviços públicos. Neste período o governo PSD/ CDS, com a colaboração do executivo municipal presidido por Rui Moreira e ainda com a ajuda do PS, encetou um programa de privatizações e serviços básicos (como os CTT e os transportes públicos), encerramento de balcões e agências (como na Caixa Geral de Depósitos e CTT), encerramento de tribunais e esquadras da PSP. Ao mesmo tempo, foi desencadeado um forte ataque aos salários e direitos dos trabalhadores.

Após a alteração da situação política nacional, decorrente das eleições de 2015 e com o governo do PS, esta política não sofreu alterações significativas, apesar de ter existido uma paragem na prossecução desta política, não foi possível fazer a necessária reversão destas política.

Na área social faltam estruturas de apoio como creches e berçários, assim como uma rede pública de apoio domiciliário à população mais idosa.

Na área da segurança pública continua por concretizar o reforço do investimento em meios técnicos e humanos, assim como a modernização das esquadras da PSP.

Nos CTT, após a sua privatização, continuou o processo de encerramento de estações e a degradação do serviço público prestado. Várias juntas de freguesia assumiram balcões de serviços dos CTT com prejuízos associados a um acordo injusto, insuficiente para os custos do serviço e que só beneficia a empresa. É urgente a reversão da privatização dos CTT e o resgate do serviço público postal.

Na área dos transportes colectivos de passageiros foi travada uma tentativa de privatização da STCP, que implicaria uma redução substancial, em quantidade e em qualidade, deste serviço público. A

persistência e a luta dos trabalhadores e das populações em defesa da STCP permitiu que nunca se deixasse cair a defesa do carácter público desta empresa estratégica para a região. Com papel destacado do PCP foi possível, depois da derrota do governo PSD/CDS, reverter a privatização da STCP. Foi ainda possível garantir uma redacção dos Estatutos da empresa que impede a sua privatização futura e consagrar a implementação do passe social intermodal. No entanto, o processo de municipalização dos transportes públicos de passageiros, através da Junta Metropolitana do Porto, não tem levado aos necessários investimentos para aumentar a quantidade e a qualidade da oferta.

Na área da limpeza urbana foi criada em 2018 uma empresa municipal, a Porto Ambiente, que passou a assegurar a recolha de resíduos urbanos e a limpeza da via pública, revertendo as tentativas de privatização deste serviço público, desencadeadas durante o mandato de Rui Rio. representa uma tardia e dispendiosa confirmação da pertinência dos alertas da CDU. A criação desta empresa municipal corresponde ao reconhecimento, por parte da maioria do executivo da Câmara Municipal do Porto, do acerto das críticas e propostas que a CDU foi fazendo ao longo dos anos.

### **2.3. Conclusões**

A evolução da cidade do Porto nas últimas décadas e, em particular, nos últimos anos, traduz-se numa redução significativa da sua população, na perda de importância populacional no contexto regional e nacional, no envelhecimento e empobrecimento dos seus moradores e numa alteração significativa do seu tecido económico e social. Mantém-se uma

cidade com fortes assimetrias ao nível do desenvolvimento das suas freguesias.

Nos últimos anos o Turismo e actividades conexas (hotelaria, restauração, comércio dirigido a este segmento específico, e outros) tornaram-se muito fortes na vida económica da cidade. Apesar de ter permitido a manutenção de algum emprego, em geral com vínculos precários e baixas remunerações, o peso deste sector esteve na base de fortes movimentos de especulação imobiliária que continuam a expulsar a população da cidade, com o conseqüente declínio demográfico e envelhecimento da população. O Porto está assim a passar por um processo de substituição crescente do “morador permanente” pelo “utilizador da cidade temporário”.

A profunda e prolongada crise do turismo, que atingiu o Porto a partir de Março de 2020, não parece ter fim à vista. Como a economia da cidade estava demasiadamente ancorada no sector turístico, o impacto da queda abrupta dos fluxos turísticos foi mais profunda. O agravamento do desemprego é um fenómeno que tem vindo a crescer e que apenas é mitigado temporariamente pelo recurso aos processos de “lay-off”. Diversos indicadores têm apontado para o crescimento das assimetrias sociais e de graves carências em segmentos alargados da população.

Para inverter o processo de declínio da cidade e de agravamento das assimetrias sociais, são necessárias políticas públicas que contribuam para fixar população, promovam a habitação verdadeiramente acessível e a diversificação das actividades económicas. São necessárias políticas que promovam o investimento público e apoio às camadas mais desfavorecidas da



população. As debilidades constatadas no concelho, a situação de desequilíbrio e declínio, estão agora agravadas pela crise pandémica, mas também são o resultado de décadas de políticas ao serviço do grande capital que opera na cidade, nomeadamente do sector financeiro e imobiliário, com a entrega de bens e serviços públicos para lógicas de rentabilização privada.

Fontes dos dados:

PORDATA, O município do Porto em números (2010 – 2019)

INE, Estatísticas do preço da habitação a nível local (1º trimestre de 2019)

IEFP, Desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito do Porto (2020)

**RIO FERNANDES, J., CARVALHO, L., CHAMUSCA, P. e MENDES, T. (2018) O Porto e a Airbnb, Porto, Book Cover Editora**

### **3. Trabalho Unitário e Luta de Massas**

#### **3.1. A trabalho unitário e a luta de massas**

A organização da Cidade do Porto contribuiu para a mobilização de várias acções de luta nacionais e regionais, organizadas pela CGTP-IN, e esteve presente em diversas acções de luta sectoriais junto dos trabalhadores.

Os comunistas na Cidade do Porto apoiaram e dinamizaram a luta das populações em que se destacam várias acções de protesto pelo Direito à Cidade e Habitação, bem como pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, pelos transportes públicos e alargamento do passe intermodal e em defesa dos serviços públicos.

No quadro político e social deste período e perante um governo minoritário do PS, a luta assumiu um papel importante na reivindicação de reposições de direitos e rendimentos.

*A luta de massas deve merecer particular atenção da organização da Cidade do Porto, nomeadamente a luta unitária dos trabalhadores e das populações, nas actuais circunstâncias assumem particular importância a luta pelo direito à Cidade e Habitação, a luta dos Reformados e Pensionistas e dos micro pequenos e médios empresários.*

*Importa ter presente como linha de trabalho nas organizações do Partido, o reforço e dinamização dos movimento associativo popular, importante expressão da organização das populações nos locais em*

torno dos seus interesses, da promoção da cultura do desporto e do lazer.

O movimento Sindical Unitário e das Comissões de Trabalhadores

O reforço do Movimento Sindical Unitário, com o aumento da sindicalização e da eleição e presença de delegados sindicais nos locais de trabalho, assim como a dinamização de acções em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, deverão ser uma prioridade da intervenção dos comunistas.

### **3.2 Intervenção da CDU no concelho**

Neste mandato autárquico a CDU manteve um trabalho de proximidade com as populações e forças sociais, com propostas, com intervenção e denúncia, tendo batalhado pelo seu projecto alternativo para a Cidade do Porto.

**As questões de Habitação** tiveram uma centralidade na intervenção da Direcção da Organização da Cidade do Porto dado o drama que se gerou com a financeirização do mercado imobiliário, o aumento desenfreado do turismo e o destaque de muitos dos imóveis para esta actividade económica; o aumento especulativo das rendas e conseqüente aumento de despejos na Cidade do Porto.

As propostas e intervenção da CDU, passaram desde logo na luta pela revogação da lei dos despejos, pela exigência de mais investimento do governo em políticas públicas capazes de colmatar as necessidades e na reabilitação dos bairros da IHRU que durante décadas tiveram pouco investimento na sua manutenção.

No município, as propostas passaram pela exigência de um regulamento e matriz mais

justos no acesso às habitações municipais de rendas apoiadas; pela reabilitação do parque habitacional municipal e dos seus espaços colectivos; pelo exercício do direito de preferência e aquisição de imóveis no Centro Histórico; pela reabilitação dos imóveis devolutos e disponibilização no regime de renda apoiada; pelo devido tratamento de dados de todos os munícipes que se dirigiam aos serviços da DOMUS SOCIAL para pedir uma casa; pela revogação do fundo imobiliário do Aleixo, que até ao momento não tem cumprido com a sua parte do acordo e contrato, na entrega de fogos ao domínio municipal; na regulamentação do alojamento local e suspensão nas zonas de grande concentração de AL; na redução do IMI para habitações próprias e permanentes; entre outras propostas como mais recentemente a criação da Carta Municipal de habitação e um debate sobre as estratégia e prioridade para o acesso a habitação pública, de forma a acabar com a estigmatização dos bairros, sendo que é urgente dar prioridade às quase 1000 famílias que se encontram em situações extremamente precárias e que estão há anos em lista de espera.

**Sobre serviços públicos e funções sociais do Estado**, o PCP e os eleitos da CDU lutaram contra a delegação de competências para o município, defenderam a nacionalização dos CTT, a definição da TAP como companhia ao serviço do país e do seu desenvolvimento; a urgência da construção da ala pediátrica do Hospital de S. João; e defesa e luta contra o encerramento das valências de actividades dos tempos livres da Torrinha, Sé e Vitória; apresentaram-se diversas propostas pelo combate à toxicodependência, desde logo reclamando

mais meios para a Segurança Social e SNS com valências específicas nestas áreas e a reversão da extinção do IDT e a criação da sala de consumo assistido. Foi proposta a criação de um programa de emergência social, que entre outros propósitos sociais, nomeadamente o apoio à infância e à 3ª idade, vise o destaque de equipas de rua multidisciplinares, com vista a um acompanhamento social das famílias de proximidade e que fomente o acesso à fruição cultural, artística e desportiva das populações, medidas que também se consideram fulcrais para a dissuasão e a prevenção da toxicod dependência.

Sobre as **questões de justiça laboral e serviços municipais**, a CDU, continuou a intervir pelas 35h para todos trabalhadores municipais, inclusive das empresas municipais; lutou pela integração dos trabalhadores com vínculo precário nos quadros, denunciou o injusto e discriminatório acordo de empresas das Águas do Porto; bateu-se pela internalização dos serviços de limpeza e recolha de resíduos, e melhoria da qualidade dos serviços; apoiou as várias denúncias e luta dos trabalhadores em geral, bem como por melhores condições dos balneários, viaturas e outros instrumento de trabalho, aos trabalhadores da EMAP. Continuou a batalha pelo subsídio de penosidade e risco, considerado no Orçamento de Estado para 2021, por proposta e contributo do PCP, já aplicado no município aos trabalhadores da Câmara, mas ainda por aplicar aos restantes trabalhadores das empresas municipais.

As organizações do PCP e eleitos da CDU debateram-se por **questões do património Arquitectónico e Urbanismo**, nomeadamente a defesa da Estação de S. Bento, da Zona Especial de Protecção -

ZEP do Centro Histórico e ZEP da Arrábida, da antiga estação ferroviária da Boavista e do monumento aos heróis da Guerra Peninsular; estiveram junto das populações em questões particulares de urbanismo, dando seguimento a denúncias de incumprimentos dos regulamentos municipais que punham em causa o espaço público, o património municipal, paisagístico e arquitectónico, nomeadamente entre outras situações, o investimento imobiliário junto à Arrábida, o miradouro de Santa Catarina, o miradouro nas Fontainhas, o terreno da antiga estação ferroviária da Boavista, o espaço verde na Lapa, etc. Sobre as questões do Urbanismo apresentaram-se também propostas: - pela criação de espaços verdes contínuos numa lógica de reabertura e renaturalização das ribeiras do Porto, dotando-os de equipamentos de lazer e desporto para todas as idades, hortas urbanas e pomares e criando ligações pedonais e/ou cicláveis numa rede completar à estrutura viária; - por um plano estratégico para a marginal do rio Douro, de salvaguarda do património cultural, arquitectónico e paisagístico e que previna os efeitos da especulação imobiliária. Continuamos a denunciar o contínuo abandono da zona de São Pedro de Azevedo de Campanhã e a defender a urgente requalificação urbana da zona da Corujeira e antigo matadouro e a melhoria dos acessos pedonais nesta zona e noutras junto à VCI.

Na gestão do espaço público continuamos a condenar a concessão do estacionamento a privados, numa lógica de amplas cedências ao concessionário que tem contribuído para alastrar os parómetros a quase toda a cidade inclusive em zonas residenciais e na zona

industrial, prejudicando os munícipes e trabalhadores.

**Sobre Mobilidade e Transportes** os eleitos da CDU lutaram pela defesa da STCP como operador interno da Área metropolitana do Porto; contra as portagens, nomeadamente a eliminação das portagens na CREP; defenderam o combate ao tráfego urbano com a restrição a pesados na VCI e uma prioridade de investimentos do Estado nos nós da VCI com problemas crónicos de acessibilidades.

Defendeu-se o alargamento do passe família, o desconto de 50% para reformados e pensionistas e o alargamento do passe sub-13 a todas as crianças. São medidas que estão em prática em Lisboa e algumas ainda não no Porto; a criação de novas linhas de metro na cidade em articulação com a expansão do serviço rodoviário da STCP, com prioridade às linhas do Campo Alegre e Casa da Música – Devesas; o cumprimento dos horários das linhas da STCP e a abertura de novas ligações rodoviárias garantindo as circulações dentro das freguesias e localidades; o reforço da rede de linhas do carro eléctrico na cidade; a reabilitação da ponte D. Maria Pia com garantia de serviço de transporte público eléctrico e a ligação e reactivação do túnel da Alfandega até Campanhã; o desenvolvimento de uma rede de parques de estacionamento dissuasores periféricos, de ligação aos meios de transporte público e gratuitos para os utentes desses transportes, com condições de segurança e acção fiscalizadora eficaz.

No âmbito da **educação e da cultura**, a CDU tem vindo a propor a aproximação de iniciativas culturais junto das populações, mais recentemente o alargamento do

programa Cultura em expansão. Esteve contra a criação da Empresa Municipal da Cultura, denunciou a concessão do Coliseu a privados executada em pleno início da pandemia, com a cumplicidade do Executivo Municipal. Propôs um plano de ocupação dos tempos livres para as crianças do concelho, que envolve colectividades, associações e instituições culturais, que “retire” as crianças do conceitos de escola a tempo inteiro e que promova a fruição artística e desportiva junto dos mais pequenos, colmatando também as necessidades dos pais nos horários não lectivos, dado que a resposta no concelho é extremamente desigual.

Quanto ao **movimento Associativo Popular** após vários anos de reivindicação e luta, conseguiu-se neste mandato por proposta da CDU, aprovar um fundo de apoio ao movimento associativo popular, que ainda que insuficiente, permitiu em algumas circunstâncias revitalizar a actividade de algumas associações. Mais recentemente foi aprovada a proposta da CDU de criação de linha de emergência de apoio ao movimento associativo e popular para fazer às dificuldades que surgiram no contexto da Covid-19 e encerramento de valências. Foram também apresentadas propostas sobre os apoios ao **desporto infantil e juvenil**, com a comparticipação das inscrições nas federações e isenção na utilização dos equipamentos públicos, este só posto em prática recentemente e como excepção associada à situação pandémica.

### **3.3. Trabalho institucional**

A participação dos eleitos comunistas nos órgãos autárquicos mantém a sua marca distintiva relativamente às outras forças políticas.

Persiste um trabalho inseparável da luta de massas e de afirmação por uma alternativa política na cidade e no país, a visibilidade dada a processos reivindicativos dos trabalhadores e das populações, o trabalho articulado com organizações de massas e as visitas regulares junto das populações e organizações populares.

A CDU continua a ser a única força política representada no Executivo Municipal com atendimento às populações às segundas-feiras à tarde. Este atendimento permite um conhecimento profundo das necessidades e dos problemas da população do Porto, que é complementado com as visitas aos locais e posterior intervenção nos órgãos autárquicos municipais na denúncia dos problemas dos munícipes e propostas para a sua resolução.

A CDU continua a ser das forças políticas que mais propostas apresenta no Executivo e na Assembleia Municipal. Durante este mandato foi a única força a convocar todas as Assembleias municipais a que tinha direito (uma por ano), trazendo ao debate as questões como a Habitação, a Mobilidade e o Associativismo Popular.

Os eleitos da CDU mantém integralmente o princípio de não serem beneficiados nem prejudicados na actividade institucional que lhes foi atribuída, demonstrando concretamente que prevalece na sua intervenção a defesa dos interesses gerais da população sobre o interesse pessoal.

Manteve funcionamento regular o grupo autárquico para as freguesias, para

preparação coordenada das Assembleias de Freguesia e para a preparação das reuniões municipais (CM e AM).

### **3.4. Quadro político-partidário no concelho**

O actual quadro político-partidário no concelho e as eleições autárquicas 2017

Na sequência das eleições autárquicas de 2017, o Movimento de Rui Moreira, ao contrário do que aconteceu no mandato anterior, obteve a maioria absoluta na Câmara Municipal do Porto. No entanto, não logrou esse objectivo na Assembleia Municipal, sendo que, não tendo efectuado qualquer acordo com outras forças políticas, tem de negociar, caso a caso, a aprovação das diferentes propostas que, legalmente, tem de apresentar a este órgão.

Por outro lado, a Câmara Municipal do Porto conheceu a sua melhor situação financeira desde a instauração do Poder Local Democrático. Efectivamente, fruto da dinamização do mercado imobiliário, da criação da taxa turística, do negócio dos parcómetros, do acordo do Município com o Governo e do aumento de taxas como a dos resíduos sólidos, a receita municipal tem atingido valores nunca antes vistos, situação que, não obstante o impacto da crise pandémica, se manteve no essencial. No entanto, as causas da melhoria da situação financeira do Município provocam, na maior parte dos casos, reflexos negativos na vida da cidade e da sua população.

Esperava-se que este desafogo financeiro propiciasse uma dinâmica na actividade municipal, com a execução de investimentos há muito desejados e prometidos. Não é, no entanto, isso que acontece. De facto, a actividade municipal,

neste período, caracterizou-se pelo atraso na execução de diversos projetos estruturantes e no avanço lento de outros, ao mesmo tempo que não saem do papel inúmeros projetos apresentados com “pompa e circunstância” ou prometidos com fins meramente propagandísticos.

Esta situação decorre, fundamentalmente, da incapacidade, de facto, de a actual maioria conseguir executar obra, não obstante a permanente tentativa de se desresponsabilizar publicamente dos insucessos, atribuindo esse ónus a terceiros.

Esta inacção deve-se, também, às características do Movimento RM, muito centrado no seu presidente e com muito pouco protagonismo da sua equipa – em quem manifestamente não confia e em cujo seio coexistem diferentes interesses.

Mas se estas características da maioria camarária justificam, em parte, a inacção da actividade municipal, importa, também, proceder a uma caracterização do conteúdo das políticas municipais. E a característica fundamental passa por uma concepção neoliberal da cidade, em que se dá a primazia ao funcionamento desregulado do mercado e se reserva ao Município um papel de observador. Assim aconteceu, designadamente, no fenómeno turístico, em que deixou andar em roda livre a abertura de alojamentos locais, mesmo que à custa da expulsão, muitas vezes agressiva, de moradores. Mas também na política de concessões de que são exemplos os parcometros, o Rosa Mota, o Coliseu, o Matadouro, as PPP do Aleixo, do bairro Rainha D. Leonor e dos publicitados projetos de renda dita “acessível” de Serpa Pinto e do Monte da Bela, o programa Porto com Sentido que visou salvar os proprietários de alojamentos locais, independentemente da

sua dimensão e/ou da forma como os mesmos foram construídos. Por outro lado, o Presidente da Câmara não tem assumido o papel de defesa dos interesses da cidade e da sua população em assuntos tão importantes como os atrasos na execução da ampliação do metro, a falta de verdadeiros programas de apoio à construção de habitação pública, o abandono de edifícios do Estado, o encerramento da refinaria do Porto. Por último, uma referência ao facto de RM utilizar, de uma forma abusiva, os meios de comunicação da Câmara (que são cada vez mais e mais poderosos) para exaltar a sua actividade e, muitas vezes, deturpar e atacar as posições das restantes forças políticas com representação municipal – e, não poucas vezes, para tentar assassinar politicamente os seus críticos, muitas vezes com laivos de intolerância pouco democrática.

Mas, como foi antes referido, um dado fundamental do actual mandato passa pelo facto de RM não ter maioria absoluta na Assembleia Municipal, órgão que detém importantes competências, designadamente ao nível da aprovação dos Planos de Actividades e Orçamentos, códigos regulamentares, PDM, etc., pelo que tem de negociar a sua aprovação. Deste modo a CDU tem conseguido impor um conjunto de medidas importantes, como a redução do IMI para os proprietários de habitações que vivam nas mesmas, bem como da isenção deste imposto para as Associações de Moradores que procedam a obras de reabilitação das centenas de casas que construíram após o 25 de Abril. Simultaneamente, a CDU conseguiu que fossem inscritas verbas que permitam uma efectiva requalificação da zona da Corujeira, e implementado um importante programa de apoio ao Movimento

Associativo da cidade, que em 2019 e 2020 tem um orçamento de 1,2 milhões de euros que muito ajudam à sobrevivência e consolidação deste importante pilar da sociedade. Também fruto desta correlação de forças, a CDU tem conseguido que a Câmara resolva um sem fim de problemas dos municípios que temos vindo a levantar praticamente todos os dias.

Simultaneamente, RM tem assumido posições convergentes com as da CDU em matéria de combate à dita

“descentralização” proposta pelo governo, ao mesmo tempo que recuou em áreas essenciais que eram criticadas pela CDU – casos da requalificação do Bolhão (modelo municipal e manutenção como mercado de frescos) e da reinternalização (embora com uma empresa municipal) da componente de recolha de RSU na cidade.

Mas estes aspectos positivos não devem fazer esquecer a apreciação crítica que fazemos do fundamental das políticas municipais e, em particular, que o projecto da CDU é completamente distinto, e muitas vezes antagónico, do projecto de Rui Moreira, pelo que importa mantermos e aprofundarmos estas linhas de separação, condição essencial para a afirmação do verdadeiro projecto alternativo à gestão da cidade que a CDU corporiza.

O facto de o Presidente da Câmara ter sido constituído arguido na sequência do chamado “Processo Selminho” (processo que a CDU denunciou e participou ao Ministério Público) é extremamente relevante, justificando que se continue a acompanhar atentamente.

Relativamente ao PS, tem vivido numa contradição insanável: a de tentar afastar-se da governação de Rui Moreira através da alteração das posições que, nos quatro anos em que esteve coligado com o seu Movimento, defendia. Ou seja, era a favor

da privatização dos parómetros e passou a não estar de acordo com os mesmos; defendeu a manutenção do Fundo do Aleixo e agora diz ser contra; votou a favor da possibilidade de alteração do “*naming*” do pavilhão Rosa Mota e agora manifesta-se indignado com essa possibilidade. No entanto, nos últimos meses tem-se verificado, novamente, uma aproximação do PS a Rui Moreira, que passou, designadamente, pelo anúncio público da viabilização do orçamento para 2021 antes de o mesmo ser negociado, e pela anunciada intenção de proceder a alterações na lei eleitoral autárquica (no que será a segunda cambalhota do PS nesta matéria).

O PSD sofre, no Porto, dos problemas que têm a nível nacional, com divisões profundas entre os seus eleitos, divididos entre aqueles que, objectivamente, propõem uma aproximação a RM e aqueles que não concordam com essa situação. Fruto destas divisões, os deputados municipais do PSD votam, frequentemente, de forma diferente os mesmos temas e ainda mais frequentemente em contradição com o voto do seu vereador – que, entretanto, se transformou num crítico de Rui Rio. Os recentes episódios associados a uma eventual “negociação” entre Rui Moreira e a Direcção do PSD são, também, elucidativas das contradições existentes entre a Direita .

Relativamente ao BE, assistimos a um crescimento do número de posições públicas que assume, facto que tem sido exponenciado pela cobertura da comunicação social, designadamente do Público. Este facto, bem como o reconhecimento de que há, em diversos aspectos, uma convergência de posições com aquelas que a CDU defende, não faz esquecer que o BE se caracteriza por uma

ânsia de protagonismo mediático e que, também no seio do seu grupo municipal, há divergências, com guerras de protagonismos e assunção de posições distintas de voto – ao mesmo tempo que, na maior parte das Assembleias de Freguesia, têm uma participação incipiente, faltando até em algumas reuniões.

Quanto ao PAN procura adaptar ao Porto a sua prática nacional, numa primeira fase mais virada para a componente animalista e, numa segunda, para a componente mais ambiental, mas resumindo a sua actividade à sua eleita municipal (que hoje é, também, Deputada na Assembleia da República, depois de ter sido cabeça de lista simultânea à Câmara e à Assembleia Municipal do Porto).

### **3.5 As Batalhas eleitorais**

Desde a XI Assembleia realizaram-se diversos actos eleitorais de carácter nacional: autárquicas em 2017, europeias e legislativas em 2019 e presidenciais em 2021.

Nas eleições autárquicas de 2017, apesar de uma diminuição significativa da votação na CDU, que passou, ao nível da Assembleia Municipal, de 9,9 para 7,6%, a CDU manteve a representação em todos os órgãos autárquicos da cidade, com particular relevo para a manutenção do lugar na vereação, embora tenha perdido um lugar na Assembleia Municipal, bem como três elementos nas Assembleias de Freguesia (Paranhos, Aldoar, Foz e Nevogilde e Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória).

Nas eleições para o Parlamento Europeu e nas Legislativas de 2019, a CDU registou, também, uma redução do peso eleitoral de 1,9 e 6%, respectivamente.

Nas eleições presidenciais de 2021 o candidato apoiado pelo PCP registou uma subida eleitoral, passando de 3,5 para 4,7%.

No fundamental, os resultados da CDU nas eleições de carácter nacional seguiram, no Porto, a tendência registada no País, cuja análise foi efectuada no âmbito da Resolução Política aprovada no XX Congresso do PCP realizado em Novembro de 2020.

Nas eleições autárquicas, a redução da influência eleitoral da CDU deveu-se, entre outras razões de carácter nacional, a uma redução da dinâmica do trabalho autárquico desenvolvido no mandato 2013/2017, designadamente ao nível da vereação, não sendo de menosprezar, também, a dificuldade em valorizar e divulgar o trabalho realizado (quando se verifica uma menor cobertura da actividade desenvolvida por parte da comunicação social), bem como a perda de eleitores da cidade e a alteração da sua composição social.

### **3.5 A Luta pela alternativa**

Assim como aprovado na resolução política do XXI Congresso, a construção de uma alternativa política e a alteração da correlação das forças políticas no concelho e no país está intrinsecamente ligada à nossa capacidade em desenvolver a luta de massas construída passo a passo, em torno de objectivos concretos, por reivindicações laborais, sociais, económicas e políticas, com acções de maior ou menor dimensão, contribui para o aprofundamento da consciência social e política e para o determinante alargamento da exigência de outro rumo.



Luta que não se desliga da capacidade para um trabalho unitário, de aprofundamento do diálogo e da convergência com democratas e patriotas sem filiação partidária, que tenha como referência a Constituição da República Portuguesa, implica o respeito pelas naturais diferenças, a superação de preconceitos, a rejeição de ambições hegemónicas e a recusa de marginalizações.

Um trabalho que exige a acção esclarecida de cada membro do Partido junto de outros, no seu dia-a-dia. importa ultrapassar dificuldades em falar com outros sobre o Partido e as suas propostas deverá ser preocupação de cada militante. Na ligação às massas, é preciso de forma mais consequente realizar o trabalho político unitário junto de milhares de independentes e outros democratas e patriotas que precisam da informação e opinião do Partido que, por sua vez, precisa das suas opiniões e dos seus conhecimentos. Neste trabalho, deve ser dada particular atenção aos muitos independentes que estão na CDU.

**As próximas batalhas eleitorais** vão realizar-se num contexto complexo, exigente, marcado pela promoção de forças e projectos reaccionários e demagógicos, pelo reavivar da bipolarização e pelo agravamento da situação económica e social do País.

Assumindo como prioridade a denúncia da política de direita – e dos seus executantes – e projectando a política patriótica e de esquerda, a CDU afirma-se como a sólida garantia de intervenção em defesa dos valores de Abril e na luta por uma vida melhor.

Incorporando a experiência e saber, o conhecimento e o reconhecimento que resulta do exemplo positivo da CDU, indissociável do lema «Trabalho, Honestidade, Competência» que caracteriza a sua acção, as **Eleições Autárquicas de 2021** serão enfrentadas como um momento para, a partir da consolidação e reforço da CDU, avançar na melhoria das condições de vida das populações.

Na Cidade do Porto importa dar grande importância à composição unitária das listas e ter como objectivo o reforço do número de eleitos em todos os órgãos autárquicos, visando criar melhores condições para o progresso social e o desenvolvimento equilibrado da cidade e maior participação da população.

## **4. O Partido na Cidade do Porto**

### **4.1. Acção do Partido**

Para além das exigências das batalhas eleitorais referidas no ponto anterior, a Direcção da Cidade respondeu às várias iniciativas nacionais e regionais realizadas, seja na mobilização e participação nas mesmas bem como na organização de iniciativas próprias enquadradas na agenda política, entre as quais, o centenário da Revolução de Outubro em 2017, os 170 anos do Manifesto do Partido Comunista em Abril de 2018, as várias acções no âmbito dos transportes, pela expansão do metro e alargamento do passe único e sobre as questões da Habitação.

As iniciativas de aniversário tem sido um importante momento de mobilização da organização.

#### **4.1.1. Festa do Avante**

É de elevada importância a participação da organização da Cidade do Porto na Festa do Avante. Continua a ser uma iniciativa que permite envolver muitos camaradas e amigos em tarefas na divulgação, construção e funcionamento do Stand da Cidade do Porto, com um número de participação superior a 100 camaradas e amigos. A organização continua a dar cumprimento aos objectivos traçados para a venda de EP's e realização das excursões.

Em 2020 perante as condicionantes da situação epidemiológica, foi possível cumprir a nossa participação e os objectivos redefinidos para esta participação.

Importa garantir e manter o elevado número de participação, superando as dificuldades criadas pela situação pandémica e campanha anti-comunista, garantindo sempre o cumprimento das regras sanitárias.

#### **4.1.2. Mulheres**

Na Cidade do Porto o Passeio das Mulheres CDU continua a ser Iniciativa de massas, que tem mantido uma participação elevada de pessoas, a maioria sem partido. Começam a sentir-se dificuldades em alguns locais da Cidade, nomeadamente onde as camaradas que asseguraram a mobilização para a iniciativa durante décadas, começam a ter limitações pela idade e dificuldade em encontrar pessoas disponíveis para passar a tarefa.

Pelos moldes da iniciativa em 2020 foi necessário adaptar a iniciativa às exigências e limitações da actual situação sanitária, realizando-se um comício na praça D. João I, que contou com centenas de participantes.

Importante desenvolver um trabalho contínuo e regular do grupo de trabalho, encontrando novas “pontas” em alguns bairros, para garantir a continuidade da iniciativa com o seu carácter de massas.

Associar aos objectivos do grupo de trabalho à luta unitária das mulheres, convergindo para as frente de luta unitárias, nomeadamente as lutas do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher convocadas pelo Movimento Democrático das Mulheres.

#### **4.1.3 . Encontro de Reformados, Pensionistas e Idosos do PCP**

Manteve-se a realização do Encontro de Reformados, Pensionistas e Idosos da Cidade do Porto, na sua 4ª e 5ª edição em 2018 e 2019, não tendo sido possível a realização em 2020, pela coincidência com uma fase de pico da pandemia na Cidade do Porto.

As actuais circunstâncias exigem um trabalho criativo nesta frente de trabalho, que permita ultrapassar as dificuldades do confinamento deste camada que tanto tem sido atingida pelas consequências da pandemia e garantir a sua mobilização para a luta.

Necessário atribuir ao grupo de trabalho não só a tarefa da realização do encontro, mas também a necessária intervenção política, na divulgação das propostas e intervenção do partido e na dinamização da luta unitária dos reformados e pensionistas no concelho.

#### **4.2. Direcção**

Eleita em 2017 com 34 membros, ao longo do mandato teve 6 saídas essencialmente relacionadas com mudanças de tarefas ou

mudanças de residência. Funcionou com regularidade mensal correspondendo às exigências da intervenção e actividade política.

É necessário garantir maioria de operários e empregados, que assegure uma maior ligação às massas, que garanta o acompanhamento a frentes de trabalho dos reformados, utentes, juventude, movimento associativo e habitação. Que cada membro eleito assegure o compromisso da participação assídua e tenham tarefas concretas na Cidade ou nas organizações locais. Assegurar um reforço de camaradas com tarefas nas empresas da Cidade do Porto.

#### **A DOCP tem 2 organismos executivos: Comissão Executiva e Secretariado.**

A Comissão Executiva, a quem competiu o acompanhamento diário e a execução do trabalho de direcção, bem como a ligação a várias organizações e frentes de trabalho, conta com 8 membros. No fundamental tem correspondido às necessidades de trabalho, naquilo que tem que ver com a ligação às organizações, frentes de trabalho e à intervenção institucional.

O Secretariado, a quem competiu o tratamento das questões de fundos, de quadros e de património, conta com 4 membros. Este organismo permite um tratamento mais cuidado das suas áreas de competência e, em termos gerais, tem funcionado com a regularidade prevista.

#### **4.3. Organização**

A Organização da Cidade do Porto tem 911 militantes (menos 162 militantes desde a última assembleia), distribuídos por 11 organizações de freguesia e 3 de sector ou de empresa.

Segundo os dados do Balanço de Organização de 2020, a organização do Partido na Cidade conta com 63,2% de homens e 36,8% de mulheres. Em relação à composição social, 19,9% são operários industriais, 49,4% são empregados, 11,9% são intelectuais e quadros técnicos, 5,4% são pequenos e médios empresários e 11,7% pertencem a sectores diversos (estudantes, domésticas, etc.), representando uma redução da presença relativa de operários.

No que diz respeito à composição etária, 2,9% têm até 30 anos, 14,4% entre 31 e 50 anos, 21,2% entre 51 e 64 anos e com mais de 64 anos são 61,4%. Uma variação expressiva, de mais 16% de camaradas nesta faixa etária relativamente a 2017.

Estes dados confirmam a manutenção da tendência de envelhecimento da organização.

##### **4.3.1 Organismos de base local**

Existem 10 Comissões de Freguesia, Aldoar, Bonfim, Campanhã, Cedofeita, Foz do Douro, Lordelo do Ouro, Massarelos, Paranhos, Ramalde, St. Ildefonso um organismo de direcção local Centro Histórico.

Nas organizações de base local estão inscritos 811 membros do Partido, nas organizações de empresa 38 militantes e nas de reformados dos Bancários e Seguros 62 militantes.

Verifica-se um funcionamento regular da generalidade dos organismos.

É preciso trabalhar para uma composição dos organismos que garanta uma efectiva ligação à população, com a responsabilização de camaradas com

ligação ao movimento associativo e outras organizações e movimentos de massas.

### **4.3.2 Organizações e Sectores de Empresa.**

Nas organizações empresa/sector profissional, perante orientações da resolução da 12ª Assembleia de Organização Regional do Porto do PCP procedeu-se a uma transferência as das organizações da Portaria e Vigilância, Enfermeiros, Bancários e Seguros, para a Organização das Empresas e Sectores Estratégicos da Organização regional do Porto. Permaneceram na Organização os camaradas reformados dos sectores dos Bancários e Seguros que devem tendencialmente ser transferidos para as respectivas organizações locais

Existem no momento, as organizações do sector da Câmara Municipal do Porto e empresas municipais, nomeadamente a EMAP, Águas do Porto e Ágora. Perante o objectivo de criação de várias células de empresas nomeadamente municipais, foi possível reunir regularmente com trabalhadores da EMAP, ainda que apenas com um militante. Não foi possível reactivar a célula da CMP.

Ao longo do mandato foram distribuídos documentos direccionados aos trabalhadores, nomeadamente a defesa do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, a defesa das 35 horas para todos os trabalhadores do universo da Câmara Municipal do Porto, documentos dirigidos com a denuncia dos problemas nas empresas municipais como as Águas do Porto e EMAP, e a defesa dos direitos durante a pandemia do Covid-19, assim como encontros regulares com

representantes dos trabalhadores dos vários sectores do município.

A necessidade do recrutamento e responsabilização de camaradas no activo é um aspecto que deve continuar a ser prioritário, assim como a maior frequência das reuniões dos organismos e participação dos militantes, que devem visar o seu acompanhamento, reforço da organização, o seu rejuvenescimento e a acção e luta nos locais de trabalho.

Estabelece-se como objectivo o recrutamento de 10 camaradas nas empresas e locais de trabalho, tarefa fundamental para reativação da células da Câmara Municipal do Porto, e criação das Águas do Porto, da Ágora e da EMAP, para tal é fundamental recrutar.

### **4.3.3 Grupos de trabalho**

Funcionam ainda vários organismos para frentes de trabalho específicas, nomeadamente Mulheres CDU, Reformados, Festa do Avante, Fundos, Propaganda e Eleitos autárquicos.

As reuniões de responsáveis de fundos e as reuniões de eleitos autárquicos nas freguesias e nos órgãos municipais funcionaram com regularidade.

Manteve-se, a Comissão da Festa do Avante e da Comissão de Reformados e o Grupo de Trabalho das Mulheres CDU.

Importante tomar medidas para reforçar o trabalho junto do movimento Associativo Popular, desde logo com a criação de um grupo de trabalho que permita, junto das organizações, desenvolver o trabalho nesta frente.

#### **4.4 Informação, propaganda, imprensa partidária**

O complexo quadro político no concelho e no país, em que convive a necessidade de expor as consequências das políticas de direita dos sucessivos governos e executivos municipais, afirmar a importância da alternativa política que defenda os interesses do povo e do país e divulgar algumas conquistas possíveis com a luta das populações e intervenção do PCP e da CDU, exige da organização um trabalho de propaganda exímio junto das massas.

Nos últimos anos foi possível editar o documento CDU Informa, distribuído sempre junto das populações e em locais específicos na sequência de visitas e requerimentos entregues nos órgãos autárquicos. Realizaram-se também documentos específicos sobre problemas dos trabalhadores, junto dos trabalhadores das Águas do Porto ou da EMAP.

Não foi possível no entanto, realizar documentos com sínteses da principal intervenção local da CDU ou de questões específicas.

As campanhas nacionais e regionais de propaganda, assentes em folhetos, sonoras e Mupis, entre outros formatos, tem sido garantidas pela organização. Importa ainda assim alargar a rede de camaradas disponíveis para as tarefas de propaganda, nomeadamente o contacto directo com a população.

O site do Partido continua a alojar as principais intervenções do PCP e da CDU no plano local. Nas redes sociais tem sido possível divulgar as visitas e outras acções do PCP e da CDU, no entanto não foi possível adoptar uma estratégia mais eficiente de comunicação nesta frente.

A imprensa do Partido, o “Avante”, órgão central do Partido, continua a ser o mais importante elemento de difusão da acção partidária. Elemento organizador determinante para o reforço político e ideológico dos nossos militantes. Persistem dificuldades em elevar o número de “Avantes” e “militantes” vendidos através de cada ADE, existindo potencial em cada freguesia para a criação de novos ADE's e do aumento da difusão, sendo necessário a responsabilização de camaradas com esta frente de trabalho. Actualmente são vendidos 77 Avantes.

A afirmação do Avante na rua é de elevada importância para afirmação do Partido e da alternativa política, sendo necessário:

. aumentar o número de bancas a realizar, junto das populações e dos trabalhadores.

. chegar aos 100 Avantes vendidos na organização

#### **4.5 Fundos e Património**

A situação financeira da Organização da Cidade do Porto continua a ter como maior peso da receita a quotização.

Na quotização, o maior desafio tem sido a capacidade de renovar e rejuvenescer a rede de recolha de quotização.

Continuamos com camaradas a receber um alargado número de quotizações. Tivemos várias situações em que quer pela idade ou disponibilidade deixam de poder desempenhar a tarefa tendo sido difícil responsabilizar novos camaradas pelas tarefas, o que tem vindo a pesar na diminuição de camaradas a pagar quotas. Actualmente pagam a quota apenas 46,8% de camaradas, uma quebra significativa relativamente à última Assembleia em que pagavam 64,5%.

Nos últimos anos verificaram-se dificuldades na situação financeira pelas razões referidas na recolha de quotização, agravadas pelas limitações associadas à pandemia Covid 19, com diminuição de receita de outras iniciativas.

A Cidade do Porto tem dois centros de trabalho, Guilherme Costa Carvalho em Barão de S. Cosme e o Centro de Trabalho de Lindo Vale.

O Centro de Trabalho de Lindo Vale está encerrado para obras há já dois anos.

No Centro de Trabalho de Barão de S. Cosme reuniram as Comissões de freguesia de Bonfim e Campanhã e realizaram-se várias iniciativas políticas dinamizadas pelas duas organizações até ao surgimento da Covid-19.

É determinante para a independência financeira da Organização encontrar formas de superar estas dificuldades, desde logo:

. com o aumento da quotização, com referência para 1% do salário,

. o incentivo ao pagamento por transferência bancária e multibanco,

. alargar o número de camaradas a pagar quotas, chegando aos 70% da organização na próxima Assembleia de Organização

. estimular a discussão nos organismos das organizações para a realização de iniciativas e campanhas de recolha de fundos.

. relativamente à Campanha Nacional de Fundos associada ao Centenário do Partido importa corresponder aos objectivos colocados.

. quanto aos Centros de trabalho, importa garantir a sua manutenção, o cuidado em

manter o espaço limpo e arrumado e organizar a sua dinamização com iniciativas políticas.

#### **4.6 Quadros, Recrutamento e elevação da militância**

Desde a última Assembleia recrutaram-se 40 camaradas. Um número insuficiente perante as necessidades e potencialidades. A Organização precisa de desenvolver medidas específicas para melhorar nesta frente de trabalho, nomeadamente:

. dar continuidade a uma rotina semelhante à estipulada na campanha dos 5000 contactos, que precisa ser desenvolvida em cada comissão de freguesia e a partir de cada membro dos organismos. O levantamento regular de nomes para abordar e o controle de execução regular.

. dar atenção à passagem dos quadros da JCP ao Partido e ao recrutamento de jovens trabalhadores.

Nos últimos anos realizaram-se várias acções de formação ideológica, recentemente, associada ao Centenário do Partido, realizou-se uma acção de formação para novos membros do Partido.

Estabelece-se como objectivo o recrutamento de 60 novos militantes até à próxima Assembleia.

O contacto regular com todos os militantes é fundamental para o esclarecimento, para a informação das actividades do Partido e para estimular a elevação de militância de cada um.

Realizar regularmente acções de formação ideológica para quadros e para novos militantes.